

INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL*

Alexandre Bergamin VIEIRA**
Everaldo Santos MELAZZO***

Resumo: Este texto trata de discutir o conceito de segregação socioespacial enquanto elemento central da produção do espaço urbano. O ponto de partida é a denominada Escola de Chicago, que reduz sua utilização aos efeitos de decisões individuais/familiares na escolha de locais de residência no interior da cidade, naturalizando-o. Em seguida, abordamos três autores de clara inserção no pensamento marxista sobre o urbano. Mesmo com diferenças em suas abordagens, ao jogarem luz sobre os processos de produção do espaço urbano, conferem novas significações à segregação, a serem abordadas no texto. Por fim, lançando mão de autores recentes, procuramos avançar na discussão sistematizando pontos relevantes de uma investigação que a este respeito.

Palavras-chave: geografia urbana; produção do espaço urbano; segregação socioespacial; espaço intra-urbano.

Resumen: En este texto tratamos de discutir el concepto de segregación socioespacial como elemento central de la producción del espacio urbano. El punto de partida es la Escuela de Chicago, que reduce sus utilización a los efectos de decisiones individuales /familiares en la elección de los lugares de residencia en el interior de la ciudad, naturalizándolo. A continuación abordamos tres autores con clara inserción en el pensamiento marxista sobre lo urbano. Aún con diferencias en su abordage, al depararse con los procesos de producción del espacio urbano, dotan de nuevos significados a la segregación, los cuales seran detallados en el texto. Finalmente, atendiendo a nuevos autores,

* Este artigo baseia-se nas reflexões realizadas pelo autor em sua monografia de bacharelado em Geografia, defendida no ano de 2002 na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, campus de Presidente Prudente.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente. Bolsista CNPq e membro do GASPERR e do SIMESPP. E-mail: alegeo@bol.com.br

*** Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP, membro do GASPERR e pesquisador do SIMESPP. E-mail: melazzo@prudente.unesp.br

tratamos de avanzar nuestra discusión sistematizando los puntos relevantes de tal investigación.

Palabras-clave: geografía urbana; producción del espacio urbano; segregación socioespacial; espacio intra-urbano.

1. INTRODUÇÃO

Entendendo ser o conceito de segregação socioespacial fundamental para a análise dos processos de produção e estruturação do espaço urbano, procuraremos, neste breve ensaio, problematiza-lo. Partimos de sua origem, resgatando sua caracterização no interior da denominada Escola de Chicago para, em seguida situar a discussão em torno de três autores de origem marxista. Posteriormente, à guisa de considerações finais, tecemos algumas algumas considerações acerca desse conceito.

2. A ESCOLA DE CHICAGO: ORIGEM DA DISCUSSÃO

O uso generalizado do conceito segregação urbana deu-se, primeiramente, com os pensadores da denominada Escola de Chicago, nos anos de 1930/1940, através do qual procuravam explicar e/ou entender a escolha/preferência pela localização residencial de diferentes famílias ou indivíduos de diferentes classes de renda, nos espaços internos das cidades estadunidenses.

A Escola de Chicago, ou melhor, alguns dentre os seus vários pensadores, em seus estudos urbanos, entendiam que a segregação urbana constituía-se em característica presente em todas as cidades, interessando-lhes constatar, a partir da simples observação da paisagem, se realmente a segregação urbana se confirmava, a partir da localização dos diferentes grupos/ indivíduos ou classes de renda em lugares distintos e separados, apontando e destacando, dessa forma, a segregação como um processo decorrente das preferências individuais de cada um.

Dado seu arcabouço teórico e suas opções metodológicas, ou seja, a partir das idéias de equilíbrio, de liberdade individual de escolha e harmonia social “num quadro institucional definido pelo funcionamento de um mercado mobiliário livre, neutro e perfeito e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos” (FARRET, 1985, p.75), não lhes era possível, portanto,

realizar uma análise mais aprofundada dos processos ou das causas, condições ou conseqüências desta separação das classes sociais no espaço urbano. A segregação urbana para esta corrente era tida como um fato natural, comum e inerente do/no processo de urbanização, não sendo, desta forma, necessário ou importante analisar e entender os atores/agentes, as causas e os fundamentos deste processo.

Percebe-se, portanto, que o processo de segregação socioespacial não é negado. Porém a sua análise e sua discussão se dão por diferentes pontos de vista e/ou posições políticas e ideológicas como apontam Preteceille (1996), Scorel (1999) e Veras (1999) e que podem ser expressos através, por exemplo, das expressões “grupos sociais naturais” ou “áreas sociais naturais” presentes na obra de Robert Park ou ainda, no recurso de Ernest Burgess de considerar os processos urbanos como análogos ao metabolismo do corpo humano (VASCONCELOS, 1999).

A segregação, no contexto das cidades estadunidenses é analisada a partir das raças, línguas e culturas distintas de seus habitantes e aparece, então, como resultado natural das decisões de grupos e comunidades de vizinhança.

3. OS PENSADORES DE ORIGEM MARXISTA

A partir dos anos 1960/1970, o conceito de segregação socioespacial é inserido ou abordado pelo pensamento caracterizado por forte influência marxista, passando a ser utilizado e definido por pensadores desta corrente, principalmente os da denominada Escola de Sociologia Urbana Francesa, como uma ferramenta e um instrumento para entender/compreender os processos desiguais e contraditórios da urbanização capitalista.

Dessa forma, ao contrário dos pensadores da Escola de Chicago, para os quais a segregação socioespacial era um fator natural da urbanização, os autores marxistas “promoveram uma espécie de ‘desnaturalização’ da análise da produção do espaço urbano” (SOUZA, 2002, p.25 – 26), utilizando a segregação não como uma mera constatação da localização das diferentes classes sociais no espaço urbano, mas sim, compreendendo que a segregação socioespacial é resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classe no sistema capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do espaço urbano, como aponta Castells (1978) apud Villaça (1998, p.148):

[...] a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e há uma estratificação urbana correspondente a um sistema de estratificação social e, no caso em que a distribuição social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana.

Portanto, com os pensadores de origem marxista, a segregação deixa de ser um fator comum e natural da paisagem e do espaço urbano e começa a ser tida como objeto fundamental de estudo, passando a ser mais aprofundada ou melhor analisada e estudada por esta corrente do pensamento urbano, principalmente por três grandes pensadores clássicos da urbanização e do urbanismo capitalista, sendo eles: Jean Lojkin, Manuel Castells e Henri Lefèbvre como nos apontam Salas e Castro (1993).

Estes três autores/pensadores abordarão a segregação urbana de forma diferenciada entre si, cada um dando destaque maior para determinado aspecto. Tais abordagens, a nosso juízo, no entanto, são, em alguns casos, complementares e não excludentes entre si, como resumidamente apontaremos a seguir.

3.1. HENRI LEFÈBVRE

Um primeiro autor de origem marxista a abordar em seus estudos o conceito de segregação socioespacial, é Henri Lefèbvre, como nos apontam Salas e Castro (1993, p.18).

Para Lefèbvre, o estilo ou a forma de organização do espaço em geral, e do espaço urbano em particular, na sociedade capitalista é uma forma de organização e de produção social, com três condicionantes básicos, sendo eles: a) o espaço urbano é tido como sendo também uma mercadoria; b) em consequência disto há um acesso diferenciado ao espaço urbano entre as diferentes classes sociais e; c) resultando das condicionantes anteriores, há uma apropriação subjetiva e ideológica do espaço.

Com isso, para Lefèbvre, o espaço urbano seria, simultaneamente, como também afirma Corrêa (2000), um reflexo da sociedade, como também sua condicionante, ou ainda:

[...] el espacio no es solo el lugar en el que las prácticas sociales se llevan a cabo, sino también, un elemento que

interactúa en el proceso de configuración de esas prácticas sociales [...] (SALAS e CASTRO, 1993, p.18).

Assim, para este mesmo autor, a segregação urbana seria um fenômeno social e espacial, e, ao analisá-lo ou estudá-lo deve-se levar em consideração três dimensões básicas: 1) a repercussão cultural da composição de espaços homogêneos socioeconômicos; 2) a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos e, 3) os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre os diferentes.

Observa-se, assim, que as três dimensões básicas do estudo do processo de segregação socioespacial para Lefèbvre se baseiam no resultado das condicionantes anteriormente apontadas da organização do espaço urbano, quer dizer, principalmente, mas não somente, no estudo da apropriação subjetiva do espaço pelos diferentes indivíduos ou diferentes classes sociais.

3.2. MANUEL CASTELLS

Outro autor de destaque a abordar a questão da segregação socioespacial foi Manuel Castells, que também aponta para a importância do papel exercido pelas políticas públicas habitacionais no processo de segregação (SALAS e CASTRO, 1993, p. 20 – 21) que, concordando com Lojkin, serviria para promovê-lo e aumentá-lo.

Castells aponta a importância da questão política no processo de segregação, ou seja, a atuação e o papel exercido pelas diferentes forças e atores políticos e ideológicos presentes e atuantes na organização e produção do espaço urbano na sociedade capitalista.

Dentre essas diferentes forças ou atores políticos, podemos destacar o Estado, através da formulação e implementação das suas políticas públicas, principalmente as habitacionais, na formulação das legislações urbanísticas e sua fiscalização e nos processos de planejamento e gestão da cidade.

A elite detentora do capital seria uma segunda força ou ator político, com sua representatividade junto às autoridades e seu poder de barganha e *lobie*, bem como com seus mecanismos de cooptação e controle, principalmente através da imprensa, dos setores sociais médios e baixos.

Como terceira força política a influenciar no processo de segregação socioespacial, destacamos as classes sociais menos favorecidas, pelo seu restrito acesso às informações, falta de representatividade ou mesmo por seu próprio desinteresse, além de outros atores políticos.

Este mesmo autor, ainda destaca, numa aproximação com as reflexões de Lojkine, que a definição do conceito de segregação socioespacial se basearia numa separação espacial das diferentes classes sociais no interior das cidades, bem como o acesso desigual que estas mesmas classes possuem em relação aos bens ou meios de consumo coletivo. Afirma também que o processo de segregação é condicionado por fatores econômicos, sociais e ideológicos.

Um outro aspecto abordado por Castells é o fato de a segregação socioespacial não se apresentar de forma estática, sendo ele um “processo”, e por isso, ser dinâmico e contínuo, um processo não conjuntural ou definitivo, sendo, portanto, possível e necessário estudá-lo e, na medida do possível, promover a sua diminuição e combater sua manutenção.

3.3. JEAN LOJKINE

Finalmente, o terceiro autor a trabalhar com o conceito de segregação foi Jean Lojkine, que afirmava que a forma de organização do espaço urbano sob o modo de produção capitalista era resultado da organização/divisão social.

Para Lojkine, seria a organização espacial urbana um resultado da forma desenvolvida da divisão social do trabalho (LOJKINE, 1997, p. 42), com um papel determinante e fundamental do Estado, que, para ele, seria apropriado pela classe dominante e que a ela serviria e representaria na defesa e realização de seus interesses, em detrimento da sociedade em geral.

Nessa linha de raciocínio, sobre a segregação socioespacial, Lojkine aponta o seguinte:

[...] podemos [...] formular a hipótese de uma segregação espacial e social entre o espaço urbano ‘central’ monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho. (LOJKINE, 1997, p. 171 – 172).

Lojkine, ainda, aponta para a existência ou para a possibilidade de se distinguir três tipos de segregação socioespacial, quais sejam:

- 1 – Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia [...]
- 2 – Uma separação entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3 – Um esfacelamento generalizado das ‘funções urbanas’, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona de escritório; zona industrial; zona de moradia (LOJKINE, 1997, p. 189).

Como apontam Salas e Castro (1993, p. 19 – 20), estes três tipos/ formas de segregação socioespacial operariam em três níveis, sendo eles: a) acesso aos bens de consumo coletivo, transporte e situação das habitações; b) na atenção às políticas públicas habitacionais; c) na configuração espacial das cidades.

Lojkine, portanto, ao destacar o papel do Estado na produção/ organização do espaço urbano – sempre a serviço do capital – introduz no conceito de segregação socioespacial a importância do papel das políticas públicas, principalmente as políticas habitacionais, que, pelo fato de estarem a serviço do capital, serviriam para manter, promover e aumentar a segregação socioespacial.

No entanto, vale lembrar aqui que periferia urbana não se resume apenas ao distanciamento dos locais de moradia dos centros urbanos, ou seja, não se deve falar, atualmente, em periferia apenas no sentido geométrico, entendendo que sua conceituação se complexifica social e culturalmente, como aponta Beltrão Spósito (2002).

Desta maneira, a segregação socioespacial se apresentaria como um processo de acesso desigual entre as diferentes classes à cidade, com um diferenciado consumo e utilização dos meios ou bens de consumo coletivo, como também com relação à sua localização espacial – ricos de um lado e pobres de outro.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO

Procuramos até o momento apresentar alguns argumentos elaborados por três grandes pensadores/autores marxistas que, em seus trabalhos e em

suas obras sobre o espaço urbano, tratam diretamente do conceito de segregação socioespacial. No entanto, poderíamos, apontar vários outros autores desta mesma linha de pensamento que, direta ou indiretamente trabalham com o mesmo conceito, tais como David Harvey (1978), Edmond Preteceille (1996), Christian Topalov (1992) entre outros.

Tem-se, ainda, alguns autores e pensadores brasileiros que também trabalham/abordam o conceito de segregação socioespacial, tais como Milton Santos (1988; 1989), Roberto Lobato Corrêa (2000), Ermínia Maricato (1985; 2000; 2001) Ana Fani A. Carlos (1992), dentre outros, que analisam o tema de forma mais ou menos direta em seus trabalhos sobre o espaço urbano e, também, Flávio Villaça (1998), que trabalha com o conceito de segregação mais diretamente, associado aos seus estudos sobre as regiões metropolitanas brasileiras, dando maior ênfase à questão dos transportes e dos tempos de deslocamento.

Com isso, procuramos realizar uma retrospectiva a respeito dos estudos realizados, até o momento, sobre o espaço urbano com um enfoque centralizado na segregação socioespacial e que procuraram promover uma definição e uma discussão a respeito deste conceito.

Notamos, assim, que alguns autores consideram mais relevantes os aspectos subjetivos da segregação socioespacial, como é o caso de Henri Lefêbvre, enquanto outros autores apontam a importância do papel do Estado, a partir de suas políticas públicas, principalmente as políticas públicas habitacionais, como Jean Lojkin, ou ainda, a importância dada à questão política e ideológica do processo e de seus atores, como aborda Manuel Castells.

Mas, apesar das diferenças na análise sobre a segregação socioespacial dada por estes três autores - Henri Lefêbvre, Jean Lojkin e Manuel Castells - percebe-se que há uma questão e uma conclusão na qual todos concordam: o processo de segregação socioespacial é o resultado das desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferentes classes sociais e que resultam num acesso diferenciado à cidade, seja na sua localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivos, pois, como nos aponta Carlos (1992, p. 23):

O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social. (CARLOS, 1992, p.23).

Neste sentido, com relação à localização ou acesso das diferentes classes sociais no interior do espaço urbano, Farret (1985) e Smolka (1987), afirmam que, enquanto as classes mais favorecidas dominam ou se apropriam do espaço, as camadas sociais menos favorecidas são reféns do mesmo, ou seja, verifica-se um acesso ao espaço urbano diferenciado e desigual, determinado pela condição socioeconômica e não por escolha própria – no caso das classes desfavorecidas – proporcionando, assim, a manutenção e ampliação do processo de segregação socioespacial.

Isso, nos leva a concordar com Santos, para o qual:

[...] existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais (SANTOS, 1989, p. 185).

Percebemos, portanto, que na cidade capitalista, o acesso ao espaço é restrito e desigual para as diferentes classes sociais que nela se encontram. Esse acesso desigual, fruto da desigualdade social, acaba por gerar uma (des)articulação espacial e social, que por sua vez, passa a gerar uma disputa, também desigual, como aponta Villaça:

[...] a segregação deriva de uma luta ou disputa por localização; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes [...] A dimensão da luta aparece quando se introduz a segregação por classe (VILLAÇA, 1998, p. 148).

O resultado dessa disputa, que articula e desarticula, ao mesmo tempo, o espaço urbano, gera um processo de segregação socioespacial que cada vez mais procura separar ricos e pobres e que nos leva a concordar com Villaça, quando aponta que:

[...] a segregação seria um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros. (VILLAÇA, 1998, p. 148).

Portanto, entendemos a segregação socioespacial como um processo dinâmico e contínuo, que se encontra no centro do processo de produção urbano e de estruturação intra-urbana, que é resultado e que faz interagir a

sociedade e seu espaço , que se configura e se concretiza de maneira contraditória e dialética.

Salas e Castro (1993), apresentam quatro dimensões deste processo, que podem ser tomados como pontos de partida, inclusive, para agenda de pesquisas em torno desta temática.

A primeira dimensão apontada pelos autores é a residencial, na qual se destacam as condições de habitabilidade (infra-estrutura e equipamentos urbanos) dos bairros populares. Em seu estudo deve-se abordar dois elementos, sendo estes: as leis de organização da sociedade capitalista e a ação estatal no processo de formação das cidades. As desigualdades que se manifestam no acesso à terra urbana e sobre as condições gerais (o entorno, suas amenidades ou ausência) e particulares (a casa, em sua dimensão individual) devem ser analisadas como produto de uma dinâmica social que determina os lugares de cada um no interior da cidade e que, ao fazê-lo, cristaliza aquela mesma dinâmica de produção de desigualdades.

A segunda dimensão seria a política. Comparece aí a relação dos moradores entre si e entre estes e o poder público, na qual se destaca a análise das possibilidades de lutas sociais por melhorias para as classes menos favorecidas. O Estado visto como arena de lutas e de disputas aponta a simbiose entre poder e políticas públicas da e na cidade. Como uma terceira dimensão, os autores apontam a sociocultural, destacando-se o papel dos sujeitos sociais ou lideranças dos bairros populares, analisando-se os alcances e limites das suas ações frente à obtenção de melhorias. A questão aqui em debate refere-se às possibilidades de organização de sujeitos coletivos que reproduzem ou rompem as lógicas mesmas que os condicionam.

Por último, a quarta dimensão, aquela que entendemos ser a principal, seria a dimensão espacial, caracterizada pela impossibilidade de sociabilidade entre as diferentes classes sociais e seus territórios na cidade, sendo o espaço um componente fundamental na ação social e não apenas como reflexo ou palco destas. O reconhecimento e a interação entre as diferenças e os diferentes, que se rompe na produção espacial da segregação, encontra-se na origem de questões como a violência, a não comunicação e a exclusão social.

Portanto, entendemos ser a segregação socioespacial um elemento fundamental e necessário para analisar e compreender a organização e estruturação do espaço intra-urbano, como afirma Villaça (1998, p.141): “a segregação como um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intra-urbana”.

Assim, a partir da análise acima realizada, baseando-nos em alguns autores clássicos, podemos afirmar que a segregação socioespacial não ocorre de forma espontânea ou por vontade ou desejo próprio dos moradores - quando se trata da classe de menor renda - mas sim, determinada, programada e planejada, de modo a separar ricos e pobres. Como mostra Sogame (1999, p. 22), ao analisar Lefèbvre (1983):

[...] a segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças.

Ainda nesse sentido, da impossibilidade da comunicação e do diálogo entre os diferentes, Beltrão Spósito conclui que a segregação sócio-espacial conduziria à fragmentação do espaço urbano:

A segregação espacial [...] pode, então, ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano (BELTRÃO SPÓSITO, 1996, p. 74).

Apesar de concordarmos com Sogame (1999) de que a segregação é um resultado das realidades sociais produzidas cotidianamente, avançamos nesta análise em relação à formação de espaços homogêneos.

A sociedade desigual na qual nos encontramos se apresenta contraditória, tornando, portanto, a homogeneização de espaços praticamente impossível, ou seja, essa homogeneização espacial é pretendida, principalmente pela classe dominante, mas a longo prazo ela tende a não se concretizar, a não ser que seja em espaços bastante reduzidos, como é o caso dos condomínios ou loteamentos horizontais fechados.

Assim, concordamos com a idéia de que:

[...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral [...] (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Nesse sentido, poderíamos entender, também, como espaços que tendem a homogeneização, as áreas onde se concentra grande parte da população de menor poder aquisitivo. Todavia, isso é uma tendência, que a longo prazo pode se confirmar ou não, dependendo, no nosso entendimento, da atuação efetiva ou não do Estado, que através de suas políticas públicas habitacionais, principalmente, influencia diretamente nesse processo ou nessa tendência de homogeneização de determinadas áreas, aproximando, dessa forma, com esta análise de Lojkine (1997).

Por fim, o que para alguns é assumido como segregação urbana e para outros como segregação residencial ou de classes para nós será, aqui, utilizado como segregação socioespacial.

Assim, entendemos que articular as dimensões social e espacial na construção do conceito de segregação é para nós de extrema importância na medida em que entendemos ser necessário tratar as resultantes espaciais dos processos sociais não apenas como reflexo, mas também como suas condicionantes. Ou seja, a dimensão processual da segregação indica que espaço e relações sociais não se reduzem um ao outro, mas interagem e se condicionam mutuamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO SPÓSITO, M. Encarnação. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: *Revista de Geografia AGB-Dourados*. Dourados, Set/Dez 1996. p.71-85.

_____. Encarnação. *Novos conteúdos da periferia urbana*. Mimeo, s/d. s/e.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. 98p.

CORRÊA, Roberto Lobato: *O espaço urbano*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 89p.

SCOREL, Sarah. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: uma trajetória da exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.23-81.

FARRET, Ricardo Libanez: Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: FARRET, Ricardo Libanez et. al: *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 73-90.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997. 359p.

MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil*. In. ARANTES, Otília B. F., VAINER, Carlos B.,

- MARICATO, Ermínia: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p.121-192
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. 204p.
- PRETECEILLE, Edmond. Segregação, classes e políticas nas grandes cidades. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, vol. X, n.2, p.15-37, ago/dez 1996.
- SALAS, Minor M. e CASTRO, Franklin S.: *Segregación urbana: un acercamiento conceptual*. In: **Revista de Ciências Sociais. Universidade de Costa Rica**, Costa Rica, n.61, p. 17-26, 1993.
- SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1989. 214p.
- SMOLKA, Martin. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. In: **Cadernos PUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, ano II, nº 1, p.41-78, Jan/Abril 1987.
- SOGAME, Maurício. *Metropolização e segregação sócio-espacial: o loteamento Jd. Gianetti em Ferraz de Vasconcelos – SP*. 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- SOUZA, Marcelo Lopes: **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: EDITUS, 1999. p.596.
- VERAS, Maura P. B. Notas ainda preliminares sobre a exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VERAS, Maura P. B. (org.). **Por uma sociologia da exclusão social – o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.
- VIEIRA, Alexandre B. *O Poder Público Municipal e a segregação sócio-espacial em São José do Rio Preto – SP*. 2001. 66f. Relatório de pesquisa de iniciação científica. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/S.
- _____. *A segregação socioespacial em São José do Rio Preto - SP*. 2002. 59f. Monografia de bacharelado em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998. 373p.

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.